

Colonos terão que deixar a reserva

Além disso, arrendamentos estão cancelados e os brancos ainda devem ser processados

Todos os arrendamentos feitos pelos 200 colonos com índios caingangues, no início deste ano, para plantar trigo, na Reserva Indígena de Nonoai - norte do Estado - estão definitivamente cancelados, e os brancos serão indiciados judicialmente. Caberá a uma comissão de técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) decidir se a produção do trigo poderá ou não ser retirada pelos arrendatários, na época da colheita. Estas foram as principais decisões tomadas em uma reunião que aconteceu, neste final de semana, em Curitiba, entre o superintendente regional da Funai, Edvío Battistelli, e as lideranças caingangues de Nonoai, chefiadas pelo cacique Adelino Lopes.

A história dos arrendamentos em Nonoai é longa. Ela começa nos anos 60, quando entraram lá mais de 3 mil colonos, ilegalmente. Em 1978, os caingangues os expulsaram das suas terras. No final do ano passado, alegando falta de dinheiro, para sobrevivência da tribo, eles chamaram os brancos de volta e arrendaram suas terras. Na semana passada, o pessoal da Funai, acompanhado da Polícia Federal e Brigada Militar, entrou na área e prendeu os colonos e suas máquinas. Na sexta-feira, viajaram para Curitiba o cacique Adelino e suas lideranças, para tentar impor a idéia ao superintendente da Funai, de que o dinheiro dos camponeses era o único meio que eles tinham para se sustentar, já que as verbas da Funai eram insuficientes.

O cacique não conseguiu convencer Battistelli, que admitiu ser insuficientes os recursos econômicos aplicados na reserva, mas disse que começaria a colocar em prática imediatamente na área um Plano de Emergência, que prevê a aplicação de Cz\$ 8 milhões em uma lavoura coletiva de víveres (feijão, arroz do seco, mandioca, etc...) para a tribo. O superintendente da Funai disse que "esperamos ter colocado um ponto final neste episódio dos arrendamentos de Nonoai".

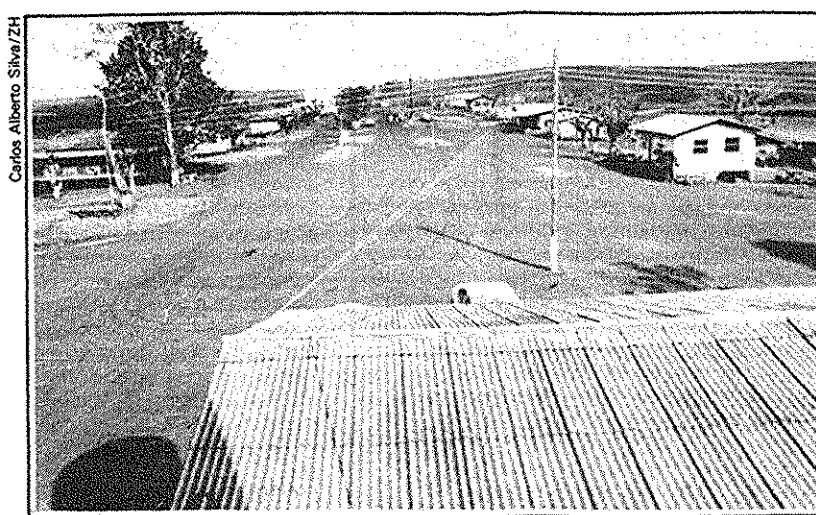
Batalha Final

O cacique Adelino e suas lideranças, ontem,

não foram encontrados em Nonoai. Segundo informes, estavam no interior do Município. De parte dos arrendatários, havia a idéia de que "a Funai ainda não ganhou a Batalha Final". Pedro Miguel Poglia, secretário do Sindicato Rural, falou que, "no nosso entender, seria bom que retirasse aqueles índios de lá e loteasse a reserva (14 mil hectares) para os colonos. Os índios vivem nos matos, que lá já não existem mais". Sugere que os caingangues sejam reassentados no Parque Estadual de Nonoai, que tem 12 mil hectares e fica limpo à reserva. Lembrou que é um atraso para o Município a decisão da Funai de retirar os agricultores da área dos índios.

O prefeito da Nonoai, José Luiz de Moura (PDS), também concorda com Poglia, quanto aos brancos precisarem continuar plantando na reserva. Lá, podem ser produzidos 200 mil sacas de soja, 20% do total da safra de grãos do Município. Ele lembra que "os caingangues têm professores, porque nós colocamos lá. Além disso, também fizemos as estradas e toda a infra-estrutura necessária. É justo termos um retorno". Ele defende a idéia de que a Funai monte um esquema, que permita a exploração da reserva pelos colonos.

A presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Maria Cristina Vignano, disse, ontem, em Porto Alegre, ter dúvidas a respeito das "intenções da Funai", neste episódio. Ontem à noite, o pessoal da ANAI tinha uma reunião marcada, na parte central da Capital, para discutir o assunto. Luiz Pavaresco, chefe do setor de Produção e Patrimônio Indígena da Delegacia da Funai de Chapecó, oeste catarinense, faz parte da comissão montada para decidir o destino do trigo, que os arrendatários plantaram, falou, ontem, que seguiriam para a reserva "ainda hoje". E não adiantou quais os critérios que seriam usados para liberar ou não a produção dos arrendatários. O agrônomo Ademir Migliavacca, delegado-substituto da Funai de Chapecó, lembrou, mais uma vez, uma frase que vem dizendo há dias: "Eles entraram lá sabendo que era proibido plantar em terra dos índios. Agora, que arquem com as consequências".



Nonoai: até a produção dos brancos pode ser refida pela Funai

Funai pede a reintegração das terras na Justiça

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai entrar na Justiça, pedindo reintegração de posse das terras arrendadas ilegalmente pelas lideranças caingangues das reservas indígenas da Guarita, em Tenente Portela, e São João do Irapuá, em Miraguá, aos colonos da região. Esta afirmação foi feita ontem pelo superintendente regional da Funai, Edvío Battistelli, em Curitiba, onde fica a sede da Superintendência Regional da Funai, que abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, onde existem 47 áreas indígenas. E, segundo Battistelli, as únicas que têm "intrusos" são o Irapuá e a Guarita.

Battistelli não definiu quando irá entrar na Justiça, alegando "questões estratégicas". Mas, lembrou o seguinte: "Em 1981 eu e mais uns colegas começamos a retirar os brancos de lá. O processo todo foi parado, porque a direção da Funai, da época, a pedido do então ministro do Interior, Mário Andreazza, mandou que suspendêssemos tudo. Mas, agora, nós não podemos passar para os nossos sucessores este enorme problema".

Ele tem razão: o problema é enorme. Acontece que as duas reservas somam 25 mil hectares de terra fértil e madeiras nobres. Em 1983 o cacique Ivo Ribeiro e o seu vice, Domingos Ribeiro, brigaram pelo monopólio da venda ilegal de toras e os arrendamentos clandestinos. Desta briga, resultou a divisão da tribo (2.500 pessoas), em duas, com cinco mortos e dezenas de feridos. Hoje, as plantações clandestinas nas terras caingangues representam em torno de 18 mil toneladas anuais de grãos, que é 10% da produção de Tenente Portela e mais de 50% de Miraguá. Embora não existam números oficiais, a Funai, os sindicatos de trabalhadores rurais da região e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), admitem existir mais de 500 arrendatários nas duas áreas além de dezenas de famílias que vivem da exploração ilegal das madeiras.

Preparando o terreno

Agindo de modo muito discreto, o delegado gaúcho da Funai, Francisco Eugênio dos Santos, vem preparando o terreno há dias, para mapear os arrendatários da Guarita e Irapuá. Admitiu ser "uma tarefa difícil, porque existe mil modos de se esconder". Ele defende a idéia de que, para mexer na questão dos arrendamentos clandestinos e na venda ilegal de madeira, precisaria ser tomada uma atitude "radical e forte". Maria Cristina Vignano, presidenta da ANAI, disse, ontem, em Porto Alegre, que iria esperar a Funai agir para depois falar.

João Ben Hur de Almeida, secretário da administração de Tenente Portela, disse ontem que "a retirada dos brancos das reservas vai nos criar um sério problema, porque tem muita gente lá. Mas, o pior vai ser para as turmas de Miraguá, porque eles dependem mais da produção da área indígena que nós". Jorge Porolnick Santos (PFL), prefeito de Miraguá, disse, ontem, que "soubemos que é ilegal o arrendamento de terras dos índios, mas vamos fazer o que, se lá estão os mais férteis solos da região e se há muitos colonos sem-terra querendo plantar? Só espero que a Funai haja com cautela, nesta questão, para não provocar um problema social muito sério". Lauro Brum, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Tenente Portela, falou que "vamos ter que nos reunir com a companheirada para ver esta história bem de perto".

Uma coisa é certa. A intenção da Funai de retirar os brancos da Guarita e do Irapuá, anunciada ontem, é um forte ingrediente no caldeirão que se transformou aquela parte do Estado, desde que houve o conflito entre os indígenas. Segundo um político de Tenente Portela, o superintendente da Funai vai precisar ter muita determinação para cumprir a sua promessa de livrar as terras caingangues dos arrendatários e, conseqüentemente, da venda ilegal de toras.

Demhab sem material para vilas

O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) está recebendo cerca de 50 pedidos diários de material de construção de moradores das vilas clandestinas de Porto Alegre, através do seu Banco de Materiais. No entanto, segundo o diretor do Demhab, Carlos Gomes, não está sendo possível atender a todos os pedidos, pois falta colaboração da população, "que não foi sensível à idéia do prefeito Alceu Collares, quando implantou este Pronto-Socorro Habitacional ao assumir sua legislatura". Diante deste quadro, o Demhab apela a particulares e empresas que doem sobras de materiais, para auxiliar no conserto ou construção de barracos.

A procura, segundo ele, tem sido muito grande, desde tábuas, pias, tanques, chapas de compensado, até cadeiras e mesas. O material é usado basicamente para consertos e reconstrução de barracos, destruídos

pelas chuvas, por incêndios ou por outras razões. "Nós também temos feito pequenas casinhas emergenciais para as vilas, mas o número é insignificante diante dos problemas", afirma, lembrando que existem 222 vilas irregulares em Porto Alegre, que abrigam mais de 300 mil pessoas.

Os interessados em efetuar doações ao Banco de Materiais, localizado em um terreno da Prefeitura, nas proximidades da rótula da Avenida Érico Veríssimo, devem entrar em contato com o Demhab, que se encarregará de buscar no local. "Qualquer coisa é bem-vinda, pois tudo auxilia no conserto de um barraco", observa Carlos Gomes, acrescentando que o Departamento Municipal de Habitação pretende dar um novo impulso neste projeto, visando amenizar a situação dos milhares de moradores das vilas clandestinas do município.